

Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais

Gabriela Ribeiro Cardoso

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e pesquisadora do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (Nipp).

grcgabi@gmail.com

Erni José Seibel

Doutor em Ciência Política pela Freie Universität Berlin, professor voluntário da Universidade Federal de Santa Catarina e coordenador do Núcleo Interdisciplinar em Políticas Públicas (Nipp).

seibel@cfh.ufsc.br

Felipe Mattos Monteiro

Mestre em Sociologia Política pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) e professor da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).

felipemattos@uffs.edu.br

Ednaldo Aparecido Ribeiro

Doutor em Sociologia pela Universidade Federal do Paraná e professor da Universidade Estadual de Maringá.

ednaldorip@uol.com.br

Resumo

A vitimização e as percepções sobre a sensação de segurança podem ser concebidas como indicadores apropriados e de grande relevância para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas. No debate sobre violência e criminalidade, diversos condicionantes são apontados como importantes para compreender os níveis do sentimento de segurança, tais como: o crescimento da criminalidade; o fenômeno da urbanização; a influência midiática que ressalta a espetacularização da violência; fatores culturais, como religião; atributos dos próprios indivíduos, como gênero, renda e idade; dentre outras características sociodemográficas. Este artigo objetiva analisar os condicionantes individuais que influenciam a percepção dos brasileiros sobre sua sensação de segurança no domicílio, no bairro e na cidade. Foram utilizados, como material empírico, os dados levantados pelo IBGE em sua segunda PNAD englobando o tema da vitimização, conduzida em 2009. A intenção aqui é identificar possíveis preditores ou condicionantes sociodemográficos da sensação de segurança nos três níveis mencionados. Para estimar esses fatores explicativos, empregou-se a técnica de regressão logística binária, levando em consideração os pesos definidos pelo IBGE para sua amostra complexa.

Palavras-Chave

Sensação de segurança; Vitimização; Opinião pública.

A vitimização e as percepções sobre a sensação de segurança¹ podem ser concebidas como indicadores apropriados e de grande relevância para formulação, gestão e avaliação de políticas públicas, bem como para identificar o grau de confiança das pessoas em relação às instituições de justiça criminal e, de modo mais específico, às instituições policiais. No debate sobre violência e criminalidade, diversos condicionantes são apontados como importantes para compreender os níveis do sentimento de segurança, tais como: o crescimento da criminalidade; o fenômeno da urbanização; a influência midiática que ressalta a espetacularização da violência; fatores culturais, como religião; atributos dos próprios indivíduos, como gênero, renda e idade; entre outras características sociodemográficas.

Pesquisas nacionais sobre vitimização fornecem uma valiosa fonte para formular políticas públicas e podem ser usadas para compreender o nível e a natureza da criminalidade, do local, assim como as percepções das pessoas sobre a segurança na comunidade e da sua confiança nas instituições policiais. Os riscos percebidos sobre o crime podem ser indicadores do bem-estar da comunidade. A natureza, o grau e as consequências da atividade criminal, assim como a sensação de segurança, influenciam direta e indiretamente a qualidade de vida da população. As pessoas afetadas mais diretamente podem sofrer perdas financeiras,

físicas, psicológicas e emocionais; o medo do crime pode afetar os indivíduos e restringir suas vidas de muitas maneiras. O crime também pode resultar em custos econômicos significativos, pois induz a criação de mais leis e amplia custos de negócios e gastos para a segurança de residências.

As pesquisas sobre vitimização possuem certa tradição no contexto internacional, especialmente os trabalhos realizados pelo United Nations International Crime and Justice Research Institute (UNICRI), que apontam para a discrepância entre estas e as estatísticas oficiais, dando origem às chamadas cifras “negras” (*dark numbers*), uma referência comum entre pesquisadores e agentes da segurança pública para indicar a subnotificação dos registros públicos. No Brasil, a primeira pesquisa de alcance nacional foi conduzida pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), por meio da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD) em sua edição de 1988. Após essa iniciativa, a maior parte das pesquisas sobre vitimização concentrou-se na região Sudeste (São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais), com especial destaque ao Rio de Janeiro, porém, ainda não são produzidas de forma regular (CATÃO, 2008).

As pesquisas de vitimização também são importantes porque permitem ampliar o conhecimento da sociedade e das instituições

públicas em relação à ocorrência dos eventos criminais e suas tendências, inclusive aqueles que a polícia não toma conhecimento. Com as pesquisas de vitimização, podem-se avaliar também as conhecidas “taxas de atrito”, ou seja, “a proporção das perdas que ocorrem em cada instância do Sistema de Justiça Criminal, a partir do número de crimes cometidos, culminando com o número de infratores que recebem uma pena de prisão” (LEMGRUBER, 2001, p. 2). Além disso, as pesquisas sobre segurança pública tendem a se concentrar sobre medidas objetivas, como taxa de homicídio, tipologia de crimes, população prisional. Pouca atenção tem sido ainda dispensada para dimensões relativas à opinião pública sobre a sensação de segurança e, de modo mais específico, para as vítimas dos crimes.

Propõe-se, neste trabalho, analisar os condicionantes individuais que influenciam a percepção dos brasileiros sobre sua sensação de segurança no domicílio, no bairro e na cidade, ou seja, uma diferenciação entre o público e o privado. São utilizados, como material empírico, os dados levantados pelo IBGE em sua segunda PNAD englobando o tema da vitimização, conduzida em 2009. Esta edição contém uma bateria de variáveis relacionadas à vitimização e sensação de segurança individual em diferentes níveis: domicílio, bairro e cidade. A intenção aqui é identificar possíveis preditores ou condicionantes socio-demográficos da sensação de segurança, nos três níveis mencionados. Para estimar esses fatores explicativos, empregou-se a técnica de regressão logística binária, levando em consideração os pesos definidos pelo IBGE para a sua amostra complexa.

O presente artigo está dividido em três partes principais: uma breve exposição sobre as contribuições das pesquisas de vitimização e sensação de segurança; análise de regressão utilizada para os dados da PNAD com enfoque no sentimento de segurança; e, por último, as considerações finais.

O debate sobre vitimização e sensação de segurança

As dimensões expostas na introdução deste trabalho nos conduzem ao próprio conceito de violência, antes mesmo do aprofundamento nas pesquisas sobre vitimização. Refletindo sobre o conceito de violência contemporânea, Wieviorka (2004, p. 8) mostra que “a violência muda, e a mudança está também nas representações do fenômeno”. Assim, o autor destaca a subjetividade da sensação de violência, “pois esta é aquilo que em um dado momento uma pessoa, um grupo, uma sociedade considera como tal” (WIEVIORKA, 2004, p. 2). Citando como exemplo a França ao longo dos anos 1980 e 1990, o autor questiona se a violência estaria objetivamente aumentando ou se estaria aumentando o sentimento de falta de segurança, independentemente dos fatos. As percepções da violência ocorreriam em função de outros elementos que não o fenômeno por si mesmo, em sua aparente objetividade; por isso, ele sugere que não se pode mais abordar a questão da violência hoje como há 20 ou 30 anos.

Wieviorka (2004, p. 4) sugere a emergência de uma tendência geral, para além das nacionalidades e que faz com que “a violência seja cada vez mais considerada aquilo que afeta existências singulares, pessoais ou coletivas, e não apenas, como com frequência ocorre, aquilo que

põe em questão a ordem social ou política”. Por isso, a introdução da noção de sujeito e de sua capacidade de se construir, de dominar sua experiência e de produzir suas escolhas pode trazer uma luz particularmente decisiva.

As pesquisas podem revelar uma escala das incidências e experiências, mesmo não sendo crimes reais nos padrões legais ou reconhecidos pelas instituições judiciais. As fontes administrativas, obtidas dos registros policiais, medem somente os incidentes reportados à atenção das autoridades. Assim, uma pesquisa sobre vitimização pode identificar as ocorrências e experiências que não seriam normalmente identificadas pelas fontes administrativas. A disponibilidade de uma base robusta de evidências de criminalidade é essencial para desenvolvimento de uma política da prevenção ou redução da mesma, melhoria da segurança da comunidade, redução do medo do crime nas comunidades, assim como avaliação da eficácia de programas da prevenção do crime pelo governo (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, 2010).

Entretanto, as pesquisas sobre a vitimização também têm seus limites enquanto recurso de informação. Em primeiro lugar, a quantificação das vítimas e dos casos não pode ser considerada estatística oficial, porque o crime não pode ser relatado e/ou gravado por policiais e, portanto, não pode fornecer uma medida definitiva do número total dos atos ilegais que ocorrem na sociedade. Em segundo lugar, os relatos das vítimas sobre os incidentes necessariamente não combinam com a definição legal do crime. Em terceiro, a exatidão das estatísticas é influenciada pela capacidade das pessoas

em recordar os fatos ou detalhes das ocorrências após um período de tempo. Por último, as pesquisas também estão sujeitas a erros da amostragem (MANUAL ON VICTIMIZATION SURVEYS, 2010).

No Brasil existem poucos estudos de vitimização de âmbito nacional e os que já foram realizados são facilmente contabilizados (Tabela 1). O baixo número de pesquisas, o âmbito local e a diversidade metodológica dificultam análises comparativas, principalmente em nível internacional. A primeira pesquisa de vitimização realizada no Brasil foi desenvolvida pelo IBGE em 1988, sendo que somente em 2009 a Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) incorporou novamente as questões referentes à vitimização. Convém ressaltar que apenas na PNAD de 2009 foram incluídas questões que tratavam da sensação de segurança, sendo que boa parte das pesquisas de vitimização realizadas no país não contempla este aspecto. A Tabela 1 mostra as principais pesquisas de vitimização, possibilitando observar que a maioria circunscreve-se no Sudeste do país.

As percepções sobre o sentimento de segurança entre os brasileiros

No Brasil o sentimento de insegurança² é bastante alto, “o suficiente para ser considerada uma questão de saúde mental pública” (SOARES, 2007, p. 108). Seria de se esperar que pessoas residentes em regiões que possuem altas taxas de criminalidade e violência apresentassem maiores níveis de sentimento de insegurança, entretanto, as pesquisas revelam que esta relação não ocorre de forma tão automática, pois, segundo o autor, o sentimento de insegurança não está ligado apenas às condições

Tabela 1 - Principais pesquisas de vitimização

Pesquisas	Ano	Região	Amostra
PNAD (Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios)	1988	Brasil	81.628 domicílios
ILANUD (Instituto Americano das Nações Unidas para Prevenção do Delito e tratamento do delinquente)	1992	Rio de Janeiro (município)	1.000 pessoas
	1996	Rio Janeiro (município)	1.001 pessoas
ILANUD	1997	São Paulo (município)	2.469 pessoas
ILANUD	2002	Recife, Rio de Janeiro, São Paulo e Vitória)	2.800 pessoas
ISER (Instituto de Estudos da Religião)/PAHO (Pan American Health Organization)	1996	Rio de Janeiro- Município	1.126 pessoas
ISER/FGV (Fundação Getúlio Vargas)	1996	Rio de Janeiro - Região Metropolitana	16.763 pessoas, 6.873 domicílios
SEADE (Sistema Estadual de	1998	São Paulo - Região Metropolitana	1.000 pessoas
USP (Universidade de São Paulo)	1999	São Paulo - Região Metropolitana	1.000 pessoas
CRISP (Centro de Estudos de Criminalidade e Segurança Pública) - UFMG	2002	Belo Horizonte	4.000 pessoas
IFB (Instituto Futuro Brasil)	2003	São Paulo- município	20.000 pessoas; 4.000 domicílios
IBPS (Instituto Brasileiro de Pesquisa Social)	2005	Rio de Janeiro- município	1.100 pessoas
ISP (Instituto de Segurança Pública)	2007	Rio de Janeiro - Região Metropolitana	5.000 pessoas
PNAD	2009	Brasil	399 387 pessoas e 153.837 unidades domiciliares

Fonte: Madalozzo e Furtado (2011)

concretas, como, por exemplo, o percentual de crimes, o número de assaltos, arrombamentos, etc., mas também às questões subjetivas, como influência da mídia, dos vizinhos, percepção dos riscos, ambiente geográfico, etc.

Para analisar estas diferentes situações, Soares (2007) trabalha com três dimensões teóricas. A primeira compreende a “percepção sobre a violência” e a “informação sobre a violência”. De acordo com o autor, é necessário que a informação chegue ao indivíduo para que ele tenha medo e insegurança. A segunda está relacionada à “teoria das janelas quebradas”. Esta concepção sugere o princípio da capacidade “involuntiva” do crime, ou seja, o crime começa pequeno, cresce e termina grande – “If a window in a building is broken and left unrepaired, all the rest of the windows will soon be broken” – e também está diretamente relacionada à dimensão dos espaços públicos (WILSON, J.; KELLING, G. *apud* SOARES, 2007, p. 109). Os ambientes públicos ficam restritos a determinados horários e espaços e, à medida que vão se desvalorizando e sendo abandonados pelos órgãos públicos, acabam se transformando em “não lugares”, ou seja, espaços adequados para a realização de crimes. A este conceito soma-se a “tese das incivildades”.

As pequenas incivildades (pichações; urinar em público; bêbados na rua; moradores e meninos de rua; assim como invasões de áreas públicas e privadas - muitas, no Rio, seriam favelas; comportamentos destrutivos como desfigurar monumentos etc.) gerariam esta impressão de que não há governo, não há poder, não há autoridade, medo e a insegurança (SOARES, 2007, p. 110).

Finalmente, numa perspectiva que remete a este trabalho, a terceira dimensão teórica utilizada por Soares (2007) refere-se à questão da familiaridade e (in)familiaridade com o medo e a percepção de (in)segurança. A princípio, as pessoas se sentem mais seguras em áreas que conhecem do que naquelas desconhecidas, “ela nos afirma que o medo e a insegurança têm correlatas espaciais e podem ser descritos a partir de áreas concêntricas: quanto mais distante de pontos conhecidos, maior a insegurança e o medo” (SOARES, 2007, p. 111).

Para Soares (2007), a relação entre dia e noite torna-se uma questão importante. Os respondentes da pesquisa afirmaram que se sentem mais seguros durante o período do dia do que no noturno.³ O estudo dos bairros exige uma complexidade que não podemos alcançar em nosso material empírico. Não necessariamente as pessoas trabalham com um único ponto de referência em relação à segurança, pois moram em um bairro, exercem suas atividades profissionais em outro ou se encontram com os amigos em atividades de lazer num terceiro. De qualquer forma, Soares (2007) sugere uma variação do sentimento de insegurança entre as “áreas conhecidas” e “áreas desconhecidas”. Portanto, quanto mais conhecida maior a sensação de segurança.

Condicionantes em diferentes contextos

A Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2009 conduziu uma investigação suplementar sobre os temas Vitimização e Justiça.⁴ Essa iniciativa foi resultado do esforço institucional do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), em convênio com o Conselho Nacional de Justiça (CNJ), e teve como

objetivo fundamental atualizar os referenciais para análise e compreensão desses fenômenos em nível nacional, identificando como os mesmos afetam a vida dos brasileiros (PNAD, 2010).

Apresentando resultados relativos ao Brasil, mas também para as grandes regiões e Estados, essa pesquisa traçou um perfil socioeconômico das vítimas de roubo, furto, agressão física e tentativa de furto ou roubo. Para além destes dados sobre vitimização, a pesquisa também coletou informações sobre a sensação de segurança dos entrevistados em três diferentes contextos: o domicílio, o bairro e a cidade. Justamente sobre essas últimas informações que o presente trabalho se concentra, ao procurar identificar os principais condicionantes da sensação de segurança em cada um desses níveis.

O relatório publicado pelo IBGE em 2010 mostra que, à medida que a população se afastava do domicílio, a sensação de segurança diminuía. A estimativa produzida revelou que a maioria dos brasileiros (78,6%) sentia-se segura no domicílio onde residia, contingente que se reduz para 67,1% quando o contexto passou a ser o bairro e para 52,8% no que diz respeito à cidade (PNAD, 2010). A comparação entre as grandes regiões revelou que o menor percentual de seguros estava no Norte (71,6% no domicílio, 59,8% no bairro e 48,2% no município) e o maior no Sul (81,9%, 72,6% e 60,5%, respectivamente).

Para analisar os condicionantes dessa sensação, foram selecionadas variáveis de naturezas econômica, sociais e demográficas, como renda, sexo, idade, localidade, etc., consideradas fortemente preditoras dos níveis de vitimiza-

ção (GOTTFRED-SON, 1984 *apud* BORGES, 2007; BEATO, 2004). De acordo HindeLang et al. (1978 *apud* BORGES, 2007), as variáveis sociodemográficas podem influenciar distintos estilos de vida, resultando em diferentes formas de vitimização e exposição ao risco e, nesse sentido, em diversas formas de sensação da segurança. No entanto, quando se distinguem o espaço público e o privado, têm-se diferenças significativas.

Na análise segundo o sexo dos entrevistados, os estudos de criminalidade, no Brasil, enfatizam uma maior incidência de vítimas de homicídios entre as pessoas do sexo masculino. O estudo realizado por Mattos Monteiro (2009), nos municípios de Joinville e Florianópolis, mostrou que as mulheres são mais vitimadas dentro dos seus próprios domicílios do que os homens. Zaluar (1999) acrescenta outras variáveis na explicação dessas altas taxas de homicídios na população de jovens do sexo masculino, inclusive a atribuição de um *ethos* guerreiro, em que o porte de arma acaba sendo um símbolo de masculinidade. A divisão sexual do trabalho no crime organizado também carrega sua importância, uma vez que as funções de maior risco ficam a cargo dos jovens do sexo masculino.

A segunda variável selecionada foi raça dos entrevistados. Em relação aos dados de homicídios, os negros comparados aos brancos detêm as maiores taxas de homicídios. Adorno (1996) verificou que grande parte das pessoas que foram assassinadas no município de São Paulo era de etnia negra, com baixa escolaridade e moradores dos bairros com a infraestrutura mais precária. Em seu artigo sobre

mortalidade por homicídio no Brasil, Soares Filho (2011) concluiu que a população negra representa 69% das vítimas de homicídios em 2009. As taxas aumentaram nos grupos de maior e menor escolaridade entre negros, enquanto, entre brancos, elas reduziram-se para os de menor nível escolar e mantiveram-se estáveis no grupo com maior nível de escolaridade. Mesmo as medidas antiarmas implantadas em 2004 foram positivas na população branca e discretas no contingente de negros.⁵

No presente estudo também foi considerado o estado civil dos indivíduos, isolando os casados como grupo de referência, com a expectativa de que esses se sentissem mais seguros do que os solteiros. Na literatura que trata sobre os estilos de vida e vitimização, é possível verificar, facilmente, que existem distinções entre os hábitos das pessoas solteiras e das casadas. Essas últimas passam mais tempo no domicílio com suas famílias do que as solteiras, o que as impede a reduzir sua presença no espaço público e tomar contato com pessoas desconhecidas, estando, deste modo, menos expostas a eventos que podem levar à vitimização (BEATO, 2004). Segundo Soares et al; (2007, p. 91), os “solteiros e solteiras apresentam uma taxa de risco mais elevada em todos os grupos de idade”.

A renda dos entrevistados, codificada por faixas, também foi incluída em razão do extenso debate existente sobre este tema. Por razões semelhantes, selecionou-se a variável escolaridade dos indivíduos, isolando aqueles com ensino fundamental como grupo de referência.

Por fim, introduziu-se, nos modelos, a idade das pessoas, isolando a faixa etária de 17 a

29 anos, apontada pelos estudos como o grupo com maiores taxas de vitimização. Todas essas medidas foram introduzidas em modelos multivariados de regressão logística binária, que tomam como variável dependente a medida dicotômica sobre a sensação em cada um dos contextos já mencionados.⁶

A regressão logística é uma ferramenta de análise estatística útil nos casos em que se pretende prever ou explicar a presença ou ausência de determinada característica a partir dos valores de um conjunto de medidas predictoras. Neste sentido, é similar após modelos de regressão linear, mas a regressão logística pode ser aplicada nas situações em que a variável dependente é dicotômica. As variáveis independentes ou predictoras podem ser intervalares ou categóricas, sendo que, nesse último caso, devem ser codificadas como medidas indicadoras ou *dummy*. Neste artigo, os coeficientes obtidos com os modelos propostos são usados como estimativas das razões de chance (*estimate odds ratios*) para cada uma das variáveis independentes introduzidas (POWERS; XIE, 2000).

Começando pela segurança no domicílio, o modelo proposto apresentou considerável ajuste aos dados, já que, utilizando a tabela de classificação, constatou-se percentual médio de acerto de 78,8% (conforme Tabela 2). Primeiramente é importante apontar que apenas a variável relativa à escolaridade não atingiu o nível de significância de 0,05, definido como crítico para a pesquisa. Neste sentido, no contexto do modelo proposto, essa variável não pode ser considerada um condicionante relevante para a explicação da sensação de segurança nesse primeiro nível.

Tabela 2 - Condicionantes da sensação de segurança no domicílio

Condicionantes	B	Erro Padrão	Exp(B)
Homem	.159	.012	1.172**
Branco	.165	.016	1.179**
Casado	-.089	.012	.915**
Residente na área urbana	-.444	.020	.641**
Renda	.134	.008	1.144**
Ensino Fundamental	-.021	.014	.979
Grupo Etário de 17 a 29 anos	.031	.015	1.032*
Constante	1.441	.028	4.225**
% Médio de Acerto	78,8		

Nota: ** $p=0,000$ e * $p=0,041$

Fonte: PNAD, 2009.

Todas as demais medidas se mostraram relevantes e com efeitos consideráveis sobre a probabilidade de os entrevistados fazerem parte do grupo que se sente seguro no domicílio. Seguindo a ordem de apresentação na tabela, ser homem provoca elevação de 17,2% nessa probabilidade. Este dado confirma resultados de pesquisas anteriores que destacam um componente de gênero no fenômeno da vitimização, pois de maneira inversa pode-se interpretar que as mulheres têm 17,2% menos chance de se sentirem seguras no ambiente doméstico. O trabalho de Galvão e Andrade (2004) realizado para o município de Londrina (PR) revela que, das 470 mulheres atendidas em um centro de referência, 73,4% tiveram como agressores os próprios maridos, sendo o lar o espaço principal do evento. Boa parte de mortes de mulheres acontecem em

suas residências, pois muitas vezes são agredidas pelos próprios cônjuges. Essas agressões podem durar uma vida inteira. Em muitos casos, essa violência resulta em ações extremas, como a morte da parceira.

Analisando a especificidade da agressão física como um dos crimes mais comumente registrados em pesquisas de vitimização, em comparação a furtos e roubos, Zaluar (2009) entende que as diferenças constatadas no padrão feminino e masculino de vitimização pela agressão não poderiam continuar a ser interpretadas apenas pela teoria da família patriarcal, pois seria inadequada, no caso específico da agressão física, para entender a relação entre o contexto social e o risco de vitimização, marcadamente diferente para homens e mulheres e relacionado com poder e reconhecimento mais

do que com ganhos materiais. A autora sugere atentar para as mudanças ocorridas nas cidades, nos padrões familiares e na construção da masculinidade no processo de globalização, tal como proposta na teoria da hipermasculinidade ou na do *ethos* guerreiro. Isto poderia sugerir mudanças nas políticas públicas voltadas para a prevenção da violência.

Efeito semelhante foi também constatado quanto à etnia dos entrevistados. Neste caso, um branco tem chance 17,9% maior de se sentir seguro. O relatório realizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) demonstrou que negros – homens e mulheres – têm mais chance de serem vítimas de violência, inclusive homicídios, do que os brancos. No mesmo relatório, constata-se que o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) alcançado pela população negra, em 2005, é o mesmo que a população branca possuía em 1991. De acordo com Carneiro (1999), utilizando dados de vitimização para a Região Metropolitana do Rio de Janeiro, há diferenças sociodemográficas claras entre aqueles que são vítimas de agressão e os que são vítimas de roubo e furto. Os negros são os que sofrem mais agressão, enquanto os brancos são mais frequentemente vítimas de roubo e furto. Aqui a variável contexto adquire relevância, considerando-se que os negros residem normalmente em locais com pior infraestrutura do que os brancos.

Impacto inverso foi verificado quanto à condição de casado, pois possuir esse estado civil provoca redução de 8,5% na probabilidade de fazer parte do grupo dos seguros nesse contexto domiciliar. Neste caso é possível perceber que nem sempre as condições concretas

diantes das taxas de violência correspondem à construção subjetiva do sentimento de segurança. Borges (2007) verifica que na Região Metropolitana do Rio de Janeiro os solteiros tiveram “70% mais de chances de serem vitimizados uma vez e 85% a mais de chances de serem vitimizados mais de uma vez do que os viúvos”. Os dados de vitimização e de homicídios são claros quando apontam a prevalência dos jovens solteiros como as maiores vítimas de crimes, em especial de homicídios. Paradoxalmente, eles se sentem mais seguros do que os casados. Há uma série de construções simbólicas que podem interferir nessa sensação, como, por exemplo, o fato de os casados construírem determinados estilos de vida relacionados com a responsabilidade de manter uma família. Em outras palavras, os casados estão inseridos em uma rede social complexa de corresponsabilidades que os colocam diante dos riscos de maneira muito mais ameaçadora do que os solteiros. De modo semelhante, fazer parte do grupo etário isolado, de 17 a 29 anos, aumenta em 4% a probabilidade de os entrevistados manifestarem segurança. Segundo Silva e Beato (2011, p. 7), “O medo não se trata de uma probabilidade real de um indivíduo ser ou não vítima de um crime, mas de reações ou atitudes tomadas por parte das pessoas devido a este sentimento”.

O mesmo ocorreu, porém de maneira mais acentuada, com o atributo “residente em área urbana”. Comparado com os residentes em áreas rurais, esse grupo de entrevistados possui probabilidade 35,9% menor de se sentir seguro, indicando que as cidades são ainda percebidas como o espaço da violência. A variável renda guarda uma particularidade em nossos

modelos, pois está codificada em quatro faixas crescentes. Desta forma, os efeitos sobre as razões de chance devem ser atribuídos a cada elevação de um nível na escala de quatro pontos. Os resultados apontam que cada mudança na faixa de renda eleva em 14,4% a chance de fazer parte do grupo dos seguros. Os mais ricos possuem maiores condições de adquirir e usufruir de mecanismos de autoproteção em suas residências. A PNAD de 2009 utilizada neste trabalho revela que, do percentual de pessoas que possuem segurança privada, 18,1% encontram-se no grupo de rendimento mensal domiciliar *per capita* com dois ou mais salários mínimos, 5,2% no de um a menos de dois salários mínimos e 2,9% no de ½ a menos de um salário mínimo. O mesmo padrão acontece para aqueles que têm câmera de vídeo: 14,6%, 2,1% e 0,8% pertencem, respectivamente, a estes grupos de renda.

Passando aos dados referentes ao bairro, primeiramente observa-se que o modelo é um pouco menos preciso do que o anterior, porém ainda possui uma média geral de acerto considerável (65,6%). Novamente, apenas uma variável não se apresentou como condicionante relevante, a partir do critério de significância estatística mencionado anteriormente. Desta vez a medida excluída foi o estado civil casado, indicando que essa condição não afeta a sensação de segurança no bairro, no contexto do presente modelo (conforme Tabela 3).

Assim como constatado anteriormente, ser homem eleva em 19,5% a probabilidade de se sentir seguro também nesse segundo contexto. Ou seja, além de se sentirem menos seguras no interior de suas casas, as mulheres também

manifestam esse tipo de sensação no nível mais geral do bairro. O mesmo ocorre com a variável racial, inclusive apresentando o maior coeficiente positivo até o presente momento (1.219). Neste caso, ser branco eleva em 21,9% a chance de fazer parte do grupo dos que se sentem seguros. Mais uma vez, o fato de residir na área urbana afeta negativamente a sensação de segurança. Na comparação com os residentes em áreas rurais, os habitantes de regiões urbanas têm probabilidade 55% menor de se sentirem seguros.

É também o que ocorre com a renda, cujo efeito encontrado foi de -1,4%. Portanto, cada elevação na faixa de renda dos entrevistados reduz em 1,4% a sua probabilidade de se sentirem seguros no contexto do seu bairro de residência. É importante lembrar que essa mesma variável produziu efeito inverso no contexto do domicílio, o que mostra que a situação econômica favorável dos indivíduos deixa de ser algo positivo quando o mesmo está no espaço público do bairro.

O fato de a elevação da renda interferir no sentimento de segurança no bairro pode ser mais bem compreendido com as contribuições de Caldeira (2000), que desenvolve o conceito de “enclaves fortificados” para analisar a segregação social em São Paulo. Tais enclaves constituem-se em propriedade privada para o uso coletivo, uma vez que “ênfatisam o valor do que é privado e restrito ao mesmo tempo em que desvalorizam o que é público e aberto na cidade”, rejeitam a vida pública, são espaços de convivência entre pessoas homogêneas e contribuem para que novas fronteiras entre os grupos sociais sejam estabelecidas (CALDEIRA,

Tabela 3 - Condicionantes da sensação de segurança no bairro

Condicionantes	B	Erro Padrão	Exp(B)
Homem	.178	.010	1.195**
Branco	.198	.014	1.219**
Casado	-.018	.011	.982
Residente na área urbana	-.802	.019	.448**
Renda	-.014	.006	.986*
Ensino Fundamental	.130	.012	1.139**
Grupo Etário de 17 a 29 anos	.039	.013	1.040*
Constante	1.063	.025	2.896**
% Médio de Acerto	65,6		

Nota: ** $p=.000$ e * $p?.03$

Fonte: PNAD, 2009.

2000, p. 258-259). Espaços como *shopping centers* e condomínios fechados são exemplos de enclaves fortificados que também possuem como marca a utilização de muros, grades, espaços vazios e forte vigilância.

A variável escolaridade desta vez atingiu níveis de significância aceitáveis e produziu efeito positivo sobre a variável dependente. O exponencial do coeficiente de 1.290 indica que possuir apenas o ensino fundamental aumenta em 29% a chance de manifestar a sensação de segurança no bairro. O fator vizinhança também merece ser destacado quando o recorte é o bairro. Com base em uma pesquisa de vitimização realizada para Belo Horizonte, Silva e Beato (2011) tratam do “efeito da vizinhança” sobre o medo do crime, apontando que o maior grau de coesão social (capacidade de conhecer pessoas,

receber visita de moradores, troca de gentileza e favores) numa vizinhança influencia em um menor sentimento de medo do crime.

Zaluar e Ribeiro (2009), analisando outra pesquisa no Rio de Janeiro (ZALUAR et al., 2007), concluem que os moradores dos subúrbios cariocas apresentam os menores percentuais de desconfiança ou desconhecimento de vizinhos, abaixo de 20%, o que seria um paradoxo: “Por que tal convivência sociável é maior nos subúrbios que apresentam as maiores proporções de vitimização, embora careçam hoje de áreas de lazer e de bons serviços públicos, especialmente os de segurança pública?” (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 20). As autoras buscam circunscrever o significado de vizinhança para distingui-lo de outras inúmeras formas de sociabilidade que não explicam a o sentimento de confiança:

A vizinhança, por sua vez, é primeiramente física, pois tem a ver com a sensação de cada indivíduo sobre os limites do território mais próximo à moradia, referência primeira para localizar-se em determinado espaço.(..) Mas é também simbólica e social, pois se refere aos vizinhos, parentes ou amigos, às pessoas que fazem parte da rede de relações que criam forte sentido de pertencimento a um território (ZALUAR; RIBEIRO, 2009, p. 7).

O trabalho aborda essa questão à luz do debate sobre a utilização do conceito capital social, derivando deste o conceito de eficácia coletiva, considerando as três ordens sociais – privada, paroquial e pública – e lançando, com isso, novas interpretações sobre a alta taxa de criminalidade no Rio de Janeiro.

Situação semelhante ocorre quando se focaliza a idade dos entrevistados, pois aqueles que se situam entre os 17 e 19 anos possuem também maior chance de se sentirem seguros, ainda que essa diferença seja de apenas 4%.

Para o último nível da análise, o município, observa-se, na Tabela 4, que o modelo proposto para analisar a sensação de segurança é o que apresenta menor percentual de acerto (56,2%). A comparação desse valor com os anteriores parece indicar que, quanto mais elevado é o nível analisado, maior é a complexidade do fenômeno e menor é a capacidade explicativa do modelo relativamente parcimonioso proposto. Sobretudo no caso do contexto municipal, parece ser necessário avançar na elaboração de modelos mais complexos que possam

Tabela 4 - Condicionantes da sensação de segurança no município

Condicionantes	B	Erro Padrão	Exp(B)
Homem	.169	.010	1.184**
Branco	.313	.014	1.367**
Casado	-.014	.010	.986
Residente na área urbana	-.740	.016	.477**
Renda	-.100	.006	.905**
Ensino Fundamental	.255	.011	1.290**
Grupo Etário de 17 a 29 anos	.090	.012	1.094**
Constante	.277	.023	1.319**
% Médio de Acerto	56,2		

Nota: ** p=.000
Fonte: PNAD, 2009.

incorporar novos condicionantes apontados pela literatura como relevantes.

Como constatado no modelo anterior, aqui também a única variável que não atingiu nível de significância estatística aceitável foi o estado civil casado, confirmando assim a irrelevância dessa variável para o fenômeno em questão. Também corroborando os resultados anteriores, os homens possuem probabilidade 18,4% maior de estarem entre os que se sentem seguros nesse contexto municipal. Esse dado nos leva a concluir que as mulheres efetivamente são as mais inseguras em todos os níveis pesquisados pela PNAD de 2009.

O mesmo comportamento foi verificado em relação ao atributo raça, pois os brancos apresentaram chance 36,7% maior de manifestarem sensação de segurança. Ou seja, essa dimensão subjetiva da segurança parece estar em todos os níveis associada ao componente racial tão destacado pela literatura sobre vitimização, que demonstra que os negros são as maiores vítimas de agressão. A literatura que trata sobre a seletividade do sistema prisional também lança luz sobre o debate (WACQUANT, 2001; SALLA, 2003; ADORNO, 1996). Os brancos se sentem mais seguros em procurar os mecanismos judiciais e policiais para relatarem suas queixas, enquanto os negros em muitos casos são tratados de maneira vexatória pelas instituições de segurança pública.

A distinção entre residentes no campo e na cidade também foi encontrada nesse contexto final. Os que vivem em áreas urbanas, na comparação com os residentes em regiões caracterizadas como rurais, têm probabilidade

52,3% menor de compor o grupo dos seguros. Assim como no modelo relativo ao bairro, aqui o efeito da renda foi negativo, revelando que quanto maior o rendimento do entrevistado, menor a sua sensação de segurança no município, o que também pode ser analisado com as contribuições de Caldeira (2000) e a desvalorização do espaço público pelas elites. Neste caso, o efeito redutor sobre a razão de chance de se sentir seguro é de 9,5%.

A medida de escolaridade apresentou comportamento semelhante ao observado anteriormente, ou seja, possuir apenas o ensino fundamental eleva a probabilidade de se sentir seguro em 29%. Esse resultado é totalmente compatível com o que acabou de ser relatado sobre os rendimentos. Finalmente, confirmando um padrão recorrente nos dados, aqueles que se situavam no momento das entrevistas entre os 17 e 29 anos têm probabilidade 9,4% maior de compor o grupo dos que se disseram seguros nesse nível municipal. Entre os mais jovens, portanto, parece existir certa sensação de segurança em todos os contextos pesquisados.

Os três níveis de análise deste estudo indicam claras distinções a respeito da percepção sobre a sensação de segurança no Brasil. Na dimensão domiciliar, os fatores gênero, raça, renda e ensino fundamental apresentaram os maiores índices de sentimento de segurança. Portanto, no domicílio sentem-se mais seguros os homens, os brancos, os de maior renda e os com nível de escolaridade até o ensino fundamental em relação às mulheres, aos negros, aos pobres e aos indivíduos com grau de alfabetização abaixo do ensino fundamental. No nível do bairro, os fatores com maior coefi-

ciente se repetem; no entanto, a questão renda apresenta aqui um efeito inverso ao contexto do domicílio: a situação econômica favorável que produz maior sensação de segurança no domicílio deixa de ser algo positivo no espaço público do bairro. No nível do município, novamente se repetem gênero, raça, renda e ensino fundamental. No município os brancos e os indivíduos que possuem o ensino fundamental se sentem mais seguros do que no domicílio ou no bairro. Ser negro e ter baixa escolaridade diminui a sensação de segurança à medida que essas pessoas circulam em espaços públicos.

Três variáveis tiveram aqui um padrão de comportamento a ser destacado: a condição de estado civil casado, que não atingiu relevância estatística no bairro e no município, confirmando sua irrelevância; a constatação de que as mulheres efetivamente se sentem mais inseguras tanto no domicílio quanto no bairro e no município; e a situação dos jovens entre os 17 e 29 anos, que apresentaram um padrão recorrente e com probabilidades (10,3%, 10,4% e 9,4%, respectivamente, nos três contextos

analisados) maiores de comporem o grupo dos que se sentem seguros. Entre os mais jovens, portanto, parece existir certa sensação de segurança em todos os contextos pesquisados.

No texto foram destacados os vários aportes teóricos que os autores sugerem para analisar os resultados de suas pesquisas. Entende-se que os três níveis de análise aqui utilizados podem ser aprofundados considerando-se as três ordens sociais (privada, paroquial e pública) sugeridas por Zalar e Ribeiro (2009), sendo que em cada uma predominam relações objetivas e subjetivas e que compõem diferentes níveis de capital social. A composição do capital social, tanto individual como coletivo, expressa as possibilidades de empoderamento, ou de “não empoderamento”, dos sujeitos sociais, que interferem ou proporcionam um maior ou menor sentimento de segurança e proteção. Compreender o nível e o potencial de capital social dos diversos segmentos aqui estudados permite ampliar a eficácia das políticas públicas, na medida em que as mesmas podem ser focalizadas nos indivíduos ou grupos sociais mais vulneráveis.

1. Embora este artigo se detenha sobre a percepção da sensação de segurança, a estrutura da pesquisa do IBGE (2010) contempla também tentativa de roubo e furto e agressão física, todos sob o tema vitimização.
2. Outros termos também são utilizados por pesquisadores desta temática (como sentimento de insegurança), contudo, optou-se por utilizar a expressão sensação de segurança conforme a conceitualização da pesquisa do IBGE.
3. Os dados são da Pesquisa de Vitimização, elaborada e coordenada pelo Instituto de Segurança Pública do Estado do Rio de Janeiro e patrocinada pela União Europeia (SOARES, 2007).
4. Na PNAD 2009, foram pesquisadas 399.387 pessoas e 153.837 unidades domiciliares distribuídas por todas as Unidades da Federação. Informações adicionais sobre o plano amostral podem ser obtidas em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/vitimizacao_acesso_justica_2009/default.shtm>.
5. Negros e pardos correspondem a 36,3% da população do Sudeste, mas a 51,6% das mortes por homicídio. Na região Nordeste a diferença é ainda maior: negros e pardos correspondem a 66,28% da população e a 86,6% do total de vítimas de homicídio. (BEATO; MARINHO, 2007, p. 186).
6. Para as análises multivariadas foram considerados os pesos atribuídos pelo plano amostral complexo da PNAD.

Referências bibliográficas

- ADORNO, S. Racismo, criminalidade e justiça penal: réus brancos e negros em perspectiva comparativa. **Estudos Históricos**, n. 18, 1996.
- BEATO, C.; PEIXOTO, B.; ANDRADE, M. V. Crime, oportunidade e vitimização. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 19, n. 55, p.73-89, 2004.
- BEATO, C.; MARINHO, F. Padrões regionais de homicídios no Brasil. In: CRUZ, M.; BATITUCCI, E. (Orgs.). **Homicídios no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007.
- BORGES, D. Vitimização criminal: prevalência, incidência e o estilo de vida. In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.
- CALDEIRA, T. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. Editora 34, 2000.
- CARNEIRO, L. P. Para medir a violência. In: PANDOLFI, D. et al (Orgs.). **Cidadania, justiça e violência**. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- CATÃO, Y. Pesquisas de vitimização: notas metodológicas. **Anuário do Fórum Brasileiro de Segurança Pública**, São Paulo, 2008.
- GALVÃO, E. F.; ANDRADE, S. M. de. Violência contra a mulher: análise de casos atendidos em serviço de atenção à mulher em município do Sul do Brasil. **Saúde soc.** [online], v. 13, n. 2, p. 89-99, 2004.
- INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Pesquisa Nacional por Amostra e Domicílios** ▫ Características da vitimização e do acesso à justiça no Brasil ▫ 2009. Rio de Janeiro: IBGE, 2010.
- LEMGRUBER, J. Controle da criminalidade: mitos e fatos. **Revista Think Tank**, São Paulo, 2001.
- UNITED NATIONS OFFICE ON DRUGS AND CRIME; UNITED NATIONS ECONOMIC COMMISSION FOR EUROPE. **Manual on victimization surveys**. Geneva, 2010. Disponível em: <<http://www.unicri.it/institute>>.
- MADALOZZO, R.; FURTADO, G. M. Um estudo sobre a vitimização para a cidade de São Paulo. **Rev. Econ. Polit.** [online], v. 31, n. 1, p. 160-180, 2011.
- MATTOS MONTEIRO, F. **Uma tragédia anunciada: estudo da dinâmica das taxas de homicídios nos municípios de Santa Catarina no período de 1996 a 2008**. Dissertação (Mestrado). Florianópolis, Programa de Pós-Graduação em Sociologia Política da UFSC, 2009.
- POWERS, D.; XIE, Y. **Statistical methods for categorical data analysis**. New York: Academic Press, 2000.
- SALLA, F. Os impasses da democracia brasileira: o balanço de uma década de políticas para as prisões no Brasil. **Lusotopie**. 2003
- SILVA, B. F.; BEATO, C. C. **Violência e medo em Belo Horizonte: efeito de vizinhança nas taxas de crime e percepção subjetiva**. In: XV CONGRESSO BRASILEIRO DE SOCIOLOGIA, Curitiba, 2011.
- SOARES FILHO, A. M. Vitimização por homicídios segundo características de raça no Brasil. **Rev. Saúde Pública** [online], v. 45, n. 4, p. 745-455, 2011.
- SOARES, G. A. D. O sentimento de insegurança: teorias, hipóteses e dados. In: DUARTE, M. S. de B. (Coord.); PINTO, A. S.; CAMPAGNAC, V. (Orgs.). **Pesquisa de condições de vida e vitimização de 2007**. Rio de Janeiro: Rio Segurança, 2008.
- WACQUANT, L. **As prisões da miséria**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

WIEVIORKA, M. Pour comprendre la violence: l'hypothèse du sujet. **Soc. Estado.**, v. 19, n. 1, p. 21-51, 2004.

ZALUAR, A.; RIBEIRO, A. P. A. Teoria da eficácia coletiva e violência: o paradoxo do subúrbio carioca. **Novos estudos.**, n. 84, p. 175-196, 2009.

ZALUAR, A. et al. **Pesquisa de vitimização do Rio de Janeiro**. Relatório técnico. Rio de Janeiro: Núcleo de

Pesquisa das Violências/Instituto de Medicina Social/ UERJ, 2007.

ZALUAR, A. Agressão física e gênero na cidade do Rio de Janeiro. **Rev. bras. Ci. Soc.**, v. 24, n. 71, p. 9-24, 2009.

_____. Um debate disperso: violência e crime no Brasil da redemocratização. **São Paulo Perspec.**, v. 13, n. 3, 1999.

Percepções sobre a sensação de segurança entre os brasileiros: investigação sobre condicionantes individuais

Gabriela Ribeiro Cardoso, Erni José Seibel, Felipe Mattos Monteiro e Ednaldo Aparecido Ribeiro

Resumen

Percepciones sobre la sensación de seguridad entre los brasileños: investigación sobre condicionantes individuales

La victimización y las percepciones sobre la sensación de seguridad pueden ser concebidas como indicadores apropiados y de gran relevancia para la formulación, gestión y evaluación de políticas públicas. En el debate sobre violencia y criminalidad, se apuntan diversos condicionantes como relevantes para comprender los niveles del sentimiento de seguridad, tales como: el crecimiento de la criminalidad; el fenómeno de la urbanización; la influencia mediática que resalta la espectacularización de la violencia; factores culturales, como religión; atributos de los propios individuos, como género, poder adquisitivo y edad, entre otras características sociodemográficas. Proponemos en este trabajo analizar los condicionantes individuales que influyen en la percepción de los brasileños sobre su sensación de seguridad en el domicilio, en el barrio y en la ciudad. Utilizamos como material empírico los datos recopilados por el IBGE en su segunda PNAD englobando el tema de la victimización, conducida en 2009. Nuestra intención es identificar posibles predictores o condicionantes sociodemográficos de la sensación de seguridad en los tres niveles mencionados. Para estimar estos factores explicativos empleamos la técnica de regresión logística binaria, llevando en consideración los pesos definidos por el IBGE para su muestra compleja.

Palabras clave: Sensación de seguridad; Victimización; Opinión pública.

Abstract

Brazilians' perceptions about their sense of security: Investigation into individual determinants

Victimization and perceptions of feelings of safety may be understood as suitable and extremely important indicators for drafting, managing and evaluating public policies. In the debate on violence and crime, certain determinants are highlighted as important for understanding the levels of feelings of safety; these include the growth of crime; the phenomenon of urbanization; the role of the media in making violence into a spectacle; cultural factors such as religion; individuals' attributes, such as sex, income, age and other socio-demographic characteristics. In this study we seek to analyze the individual determinants that influence Brazilians' perception of their feelings of safety at home, in the neighborhood, and in the city. We used the data gathered by Brazil's official statistics office (IBGE—Brazilian Institute for Geography and Statistics) in its second national household survey (PNAD—2009) encompassing the topic of victimization. Our intention is to identify possible socio-demographic predictors or determinants for the feeling of safety within the three above-mentioned fields. We used a binary logistical regression technique to estimate the explanatory factors, taking into consideration the weightings defined by IBGE in its complex sample.

Keywords: Feeling of safety; Victimization; Public Opinion.

Data de recebimento: 03/11/2012

Data de aprovação: 15/08/2013